

Educação Financeira nas escolas: percepções dos professores de Matemática sobre seu impacto no endividamento das famílias

*Financial Education in schools: Mathematics
teachers' perceptions about its impact on
household debt*

Iraci Matos Vasconcellos

ORCID: [0009-0000-4400-196X](https://orcid.org/0009-0000-4400-196X)

Fernanda Cavalcante Rangel

ORCID: [0000-0001-6271-0356](https://orcid.org/0000-0001-6271-0356)

Felipe Cruz Pimentel

ORCID: [0009-0007-7018-5935](https://orcid.org/0009-0007-7018-5935)

Resumo

Pesquisas mostram que o número de inadimplentes no Brasil vem alcançando recordes nos últimos anos. O Governo Federal fez várias iniciativas para conter este avanço, sendo a mais recente a criação do Projeto de Lei 3.145 de 2020, que propõe tornar obrigatória a inclusão da educação financeira como tema transversal dos currículos dos ensinos fundamental e médio. Este trabalho procurou promover a reflexão sobre a implementação da educação financeira nas escolas como potencial ferramenta para intervir no cenário de endividamento das famílias brasileiras. Para tanto, entrevistou professores de matemática que atuam em escolas públicas e privadas no estado do Rio de Janeiro. A investigação apontou que os docentes entrevistados acreditam que a educação financeira pode ser uma ferramenta eficaz na redução da inadimplência, entretanto, o ensino da educação financeira tem ficado a cargo e critério dos professores e a aplicação, quando existe, é diferente entre as escolas onde atuam os entrevistados. A pesquisa ressaltou que o ensino de educação financeira depende da importância que o professor de matemática dá a esta matéria, vis-à-vis outros tópicos.

Palavras-chave: Educação Financeira. Ensino nas Escolas. Endividamento. Inadimplência.

Abstract

Research shows that the number of defaulters in Brazil has been reaching record levels in recent years. The Federal Government has implemented several initiatives to contain this increase, the most recent being the creation of Bill 3,145 of 2020, which proposes the mandatory inclusion of financial education as a transversal theme in primary and secondary education curricula. This work sought to promote reflection on the implementation of financial education in schools as a potential tool to intervene in the debt scenario of Brazilian families. To this end, we interviewed mathematics teachers who work in public and private schools in the State of Rio de Janeiro. The investigation showed that the interviewed teachers believe that financial education can be an effective tool in reducing default; however, the topic of financial education has been left under the teachers' responsibility and discretion, with the application, when it exists, being different between the schools where the interviewees work. The research highlighted that the teaching of financial education depends on the importance that the mathematics teacher gives to this subject, vis-à-vis other topics.

Keywords: *Financial Education. Teaching in Schools. Indebtedness. Default.*

1. Introdução

O endividamento é um ocorrência inquestionavelmente social e econômica; no entanto, ele se apresenta de forma tímida na Teoria Econômica. Mesmo que haja modelos que mostrem que parte do consumo não depende da renda do próprio indivíduo, ainda há uma distância entre o que a teoria pode explicar e a realidade da população brasileira quando se trata do tema em questão. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor mostrou que a inadimplência no Brasil afetou mais de 77% da população brasileira em 2023 (CNC, 2023).

A educação financeira nas escolas é uma aposta do Governo Federal, que desenvolveu a proposta de “Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF” em 2010, definida por um conjunto de ações que visam promover a educação financeira no Brasil, e produziu uma série de materiais em parceria com importantes instituições para ser difundido nas escolas. A última ação foi a criação do Projeto de Lei 3.145 de 2020, que propõe tornar obrigatória a inclusão da educação financeira como tema transversal dos currículos do ensino fundamental e do ensino médio (BRASIL, 2020).

Evidentemente o tema é interdisciplinar, embora a educação financeira ainda esteja bastante associada ao ensino da matemática. Para Moraes (2020), as aulas de matemática são importantes para o desenvolvimento das habilidades requisitadas pela educação financeira. Segundo Coutinho (2013), a matemática financeira é um importante instrumento para o processo de tomada de decisão, além de formar pensamentos críticos nas pessoas, gerando comportamento ético e consciente ao consumir.

Este trabalho teve como objetivo levantar a discussão sobre as implicações da introdução da educação financeira obrigatória nas escolas no quadro de endividamento das famílias brasileiras. O referencial teórico tem a dupla finalidade de buscar na Teoria Econômica os tópicos que se podem relacionar com o endividamento e inadimplência dos indivíduos e mostrar um retrato dos últimos estudos sobre o tema para as famílias brasileiras.

A metodologia utilizada foi a qualitativa. A coleta de dados foi feita através da entrevista semiestruturada, com entrevistas individuais a professores de matemática que atuam em escolas públicas e privadas no estado do Rio de Janeiro.

Como conclusão, os entrevistados têm consciência do alto grau de endividamento das famílias brasileiras e atribuem este fato a várias razões, sendo as principais causas a falta de informação e o consumismo em excesso. Todos os entrevistados concordam que a educação financeira pode ser uma ferramenta eficaz para reduzir o endividamento das famílias brasileiras no longo prazo, mas, na prática, a adoção da educação financeira como tópico multidisciplinar

tem ficado a cargo do professor. A aplicação, quando existe, é bastante diferente nas escolas onde atuam os entrevistados.

1.1. Endividamento na Teoria Econômica versus realidade dos brasileiros

Para Barbosa *et al.* (2023), a inadimplência¹ é influenciada por dois grupos: os fatores abordados pela Teoria Microeconômica, que caracterizam o comportamento individual; e os fatores da Teoria Macroeconômica, que interferem na economia de forma ampla, como o tamanho do desemprego da população e a taxa de juros praticada nos mercados financeiros.

Na Teoria Microeconômica², o indivíduo decide entre o quanto consumir ou poupar dentre dois períodos, sendo que a única forma que ele tem para transferir dinheiro de um período para o outro é poupando (Varian, 2006). Assim, o endividamento é abordado de forma cerceada. O tema fica mais evidente na Teoria Macroeconômica³.

No “Modelo do Ciclo da Vida”, cujo referencial clássico é de Franco Modigliani, de 1986, parte-se do princípio básico de que os indivíduos na terceira idade não podem trabalhar da mesma forma e ritmo ao longo da vida. Os indivíduos tendem a desacelerar após passarem por um longo período economicamente ativo e, assim, precisam poupar uma parte da renda para que tal poupança possa proporcionar a aposentadoria, que advém do desejo individual de manter um padrão estável de consumo ao longo do ciclo da vida. Em função disso, os indivíduos renunciam a uma parcela de consumo durante a vida ativa para poder estabilizar o padrão de consumo na velhice, quando em geral ocorre uma queda no rendimento do trabalho (Modigliani, 1986).

A Teoria Macroeconômica mostra ainda que a poupança de uns representa o pedido de empréstimos de outros, sejam eles indivíduos, empresas ou governo. O que reúne esses dois grupos de pessoas são as instituições financeiras da economia, como a bolsa de valores e os bancos comerciais, que são os mais populares no Brasil (Mankiw, 2009). A teoria não trata diretamente o tema de endividamento, mas mostra a possibilidade em se contrair dívidas.

Além das teorias, as dívidas das pessoas físicas estão aumentando no Brasil. Souza (2022) realizou a análise do endividamento das famílias brasileiras dentro do período da pandemia e constatou que houve aumento de 66,5% em janeiro de 2021 para 76,3% em dezembro de 2022. O autor afirmou que a pandemia apenas potencializou o desemprego, a pobreza e o índice de pessoas endividadas e concluiu que se tem que aprimorar a aplicação da educação financeira no Brasil.

1 Endividamento é diferente de inadimplência: enquanto o endividamento refere-se a qualquer pagamento futuro assumido no tempo, a inadimplência é quando não se consegue arcar com esses compromissos, o que está associada às cobranças judiciais, protestos, restrições no Cadastro de Pessoa Física (CPF) dentre outros (Barbosa *et al.*, 2023).

2 Teoria cuja temática visa compreender as escolhas e comportamentos dos consumidores, das empresas e dos mercados de uma forma segmentada e interativa (Barbosa, 2008).

3 Estudo da economia com enfoque em questões como o nível de emprego, inflação, produção, renda, juros de um país como um todo, além de questões de crescimento e desenvolvimento (Barbosa, 2008).

Barbosa *et al.* (2023) fizeram um estudo empírico quantitativo analisando a inadimplência das famílias brasileiras entre janeiro de 2018 e janeiro de 2022. Concluíram que o desemprego é o que tem maior impacto, seguido da taxa Selic, a taxa básica de juros utilizada no Brasil para definir os contratos financeiros e cujo principal objetivo é controlar a inflação. Quanto maior a taxa, menor será a oferta de crédito. Como a taxa Selic é utilizada como referência para a taxa de juros cobrada em contratos de empréstimos, financiamentos, aplicações financeiras e outras operações bancárias, quanto maior a taxa, maiores as dívidas. Entre 2021 e 2022, a taxa Selic subiu de 2,00% a.a. para 13,75% a.a (Banco Central do Brasil, 2023).

Rocha, Oliveira e Teixeira (2017) realizaram uma pesquisa quantitativa de natureza descritiva com o objetivo de analisar a relação do conhecimento financeiro com o endividamento do consumidor de baixa renda. Eles concluíram que pagar dívidas com atraso pode ter efeitos negativos na sociedade, pois o consumidor de baixa renda é forçado a escolher entre pagá-las ou adquirir os itens considerados de primeira necessidade. Eles acrescentam que a educação financeira é considerada fundamental para o combate da vulnerabilidade do consumidor.

Segundo Gallery *et al.* (2011, p.288), educação financeira é “a capacidade de fazer julgamentos inteligentes e decisões eficazes em relação ao uso e gestão do dinheiro”. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005) classifica a educação financeira da seguinte forma:

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem-informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (OCDE, 2005, p.5).

De acordo com Silva e Powell (2013), a educação financeira deve ter uma abordagem que visa desenvolver, entre os alunos, competências que lhes permitam gerir, de forma autônoma, o seu orçamento, para que possam tomar decisões conscientes e responsáveis sobre a sua vida financeira. Ações dos governos e políticas públicas são fundamentais neste processo.

1.2. Educação Financeira nas escolas

A principal lei de educação no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) também estabelece que a educação financeira deve constar do currículo escolar, sendo ensinada desde o ensino fundamental, até o ensino superior.

Além da LDB, o Projeto de Lei 3.145 de 2020 propõe tornar obrigatória a inclusão da educação financeira nas escolas (BRASIL, 2020). A proposta entra na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com a recomendação para que a educação financeira seja trabalhada de forma transversal, como parte das atividades pedagógicas em todas as áreas do conhecimento. Isso implica que a educação financeira não seja ensinada somente em um ou dois conteúdos específicos, mas seja incorporada ao dia a dia escolar, tanto no ensino fundamental como no ensino médio.

No ensino fundamental, a educação financeira deve ser contextualizada de forma lúdica, possibilitando o desenvolvimento de atitudes e comportamentos que permitam a compreensão do seu papel na vida do aluno. Em abordagem interdisciplinar, o documento destaca as dimensões socioculturais, políticas e psicológicas, além da econômica, em torno das questões de consumo, trabalho e dinheiro.

Para Mendonça e Pessoa (2021), a educação financeira escolar na educação infantil é um fator importante para o desenvolvimento saudável das crianças e pode ser implementada através de aulas, jogos educativos, vídeos educativos, atividades de estudo de caso e outras atividades de ensino. Estas atividades permitem que as crianças aprendam sobre o valor do dinheiro, como usá-lo de forma responsável e como fazer escolhas financeiras sábias.

No ensino médio, a educação financeira deve promover a discussão das relações entre conhecimento, atitudes, comportamentos e habilidades para a gestão de recursos financeiros, desenvolvendo a consciência crítica para a tomada de decisões que contemplem princípios éticos relacionados à economia, à cidadania e à sustentabilidade.

Moraes (2020) explica a importância da matemática, enfatizando o quão é essencial para que os estudantes desenvolvam habilidades de planejamento, gestão de recursos e tomada de decisão de maneira consciente e responsável e propõe que o conteúdo seja abordado por meio de discussão, exercícios práticos e trabalhos em grupo. A autora também discute o papel dos professores, sugerindo que sejam orientados a abordar assuntos como finanças pessoais, investimentos e financiamentos de maneira clara e acessível. Além disso, recomenda que os estudantes sejam incentivados a formular suas próprias hipóteses e experimentar diferentes estratégias para alcançar seus objetivos financeiros. O artigo conclui que a educação financeira no ensino médio pode ser um importante passo para criar adultos conscientes e responsáveis.

2. Metodologia

Este trabalho adotou a metodologia qualitativa. De acordo com Denzin e Lincoln (2006, p. 23), “a palavra qualitativa implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos

e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente". Os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação. A questão social nesta pesquisa é encontrar as percepções dos sujeitos da pesquisa, os professores de matemática, a partir da obrigatoriedade de educação financeira nas escolas.

A coleta de dados foi feita através da entrevista semiestruturada, com entrevistas individuais. Esta forma configura-se em "oportunidade de obter informações sobre o pensamento dos entrevistados, a partir de questões emergentes do referencial teórico" (Franco, Vieira, Rambaldi, 2022, p. 337).

Para a seleção das entrevistadas, este trabalho utilizou a técnica snowball, onde um entrevistado da pesquisa indica outros possíveis participantes para as próximas entrevistas até que se encontre o "ponto de saturação", entendido como o momento em que as respostas começam a ser repetitivas. Quando Gaskell (2002) questiona "quantas entrevistas são necessárias", ele afirma que "depende", justificando que se deve ter em mente que, permanecendo tudo igual, mais entrevistas não melhoram necessariamente a qualidade do trabalho. Na pesquisa qualitativa, diferente da pesquisa quantitativa, o número de entrevistadas não é relevante, pois a finalidade real da pesquisa qualitativa é explorar o espectro de opiniões e diferentes representações sobre o assunto (Gaskell, 2002). Nesta pesquisa, foram feitas cinco entrevistas e os autores deste trabalho entenderam que as respostas foram suficientes para formar uma reflexão acerca do tema.

As cinco entrevistas foram feitas pelo aplicativo de reunião Google Meet no modelo videochamada e transcritas pelo mesmo aplicativo. Os principais dados das entrevistas e dos entrevistados estão resumidos no Quadro 1, que mostra as datas da entrevista, sua duração, a formação dos professores e o tipo de escola em que atuam (pública ou particular).

Quadro 1: Resumo das Entrevistas

<p>DATA: 24 de fevereiro de 2023</p> <p>TEMPO DE DURAÇÃO: 20 minutos</p> <p>PROFESSOR: Sujeito de Pesquisa 1 (SP1)</p> <p>FORMAÇÃO: Inglês e licenciatura plena em Matemática e mestrado em Educação e Comunicação e cultura</p> <p>ATUAÇÃO: Escola Pública e Privada, Ensino Fundamental</p>
<p>DATA: 25 de fevereiro de 2023</p> <p>TEMPO DE DURAÇÃO: 25 minutos</p> <p>PROFESSOR: Sujeito de Pesquisa 2 (SP2)</p> <p>FORMAÇÃO: licenciatura em Matemática pela Universidade Federal Fluminense (UFF)</p> <p>ATUAÇÃO: Escola Pública e Privada, Ensino Fundamental</p>

DATA: 27 de fevereiro de 2023

TEMPO DE DURAÇÃO: 15 minutos

PROFESSOR: Sujeito de Pesquisa 3 (SP3)

FORMAÇÃO: licenciatura em Matemática pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), fazendo mestrado também pela UFRRJ

ATUAÇÃO: Escola Particular, Ensino Médio e Fundamental

DATA: 27 de fevereiro de 2023

TEMPO DE DURAÇÃO: 20 minutos

PROFESSOR: Sujeito de Pesquisa 4 (SP4)

FORMAÇÃO: licenciatura em Matemática, possui duas pós-graduações com uma terceira em andamento

ATUAÇÃO: Escola Particular, Ensino Médio e Fundamental

DATA: 27 de fevereiro de 2023

TEMPO DE DURAÇÃO: 20 minutos

PROFESSOR: Sujeito de Pesquisa 4 (SP4)

FORMAÇÃO: licenciatura em Matemática, possui duas pós-graduações com uma terceira em andamento

ATUAÇÃO: Escola Particular, Ensino Médio e Fundamental

Fonte: os autores.

O roteiro da entrevista, que será apresentado nos resultados, foi elaborado para promover a reflexão sobre o potencial de impacto das iniciativas de educação financeira nas escolas no endividamento das famílias brasileiras. De forma específica, as entrevistas buscaram analisar se as escolas onde os professores lecionam já têm iniciativas voltadas para a educação financeira e se eles têm acesso a materiais para que o tema seja trabalhado em sala de aula.

3. Resultados e Discussão

A análise do estudo e apresentação dos resultados foi organizada em duas partes: a primeira apresenta o relato das entrevistas dos professores, seguindo a ordem do roteiro, mas sem necessariamente apresentar as respostas na ordem em que as entrevistas aconteceram. A segunda parte se caracteriza por um quadro resumo que destaca os principais resultados apontados.

3.1. Relato das Entrevistas

Questão 1: “Foi criado um projeto de lei, n. 3.145 de 2020, com o objetivo de incrementar a educação financeira como disciplina multidisciplinar desde a educação básica, onde o MEC, através do Conselho Nacional de Educação, trouxe modificações na Base Nacional Comum Curricular para o ensino. A escola em que você atua já adotou essa prática?”

O professor **SP1**, que atua há onze anos como professor de matemática em escolas da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, afirmou que conhece a lei citada, mas disse que a implementação está a cargo dos professores e que enxerga esta disciplina inserida em outras, como a História e a Geografia, o que ele julga interessante, mas teme que *“Álgebra e Geometria sejam deixadas um pouco de lado. Pode ficar muito artificial”* (SP1), justificada por ele, por entender que esses temas já vem perdendo espaço para se contextualizar novos elementos no ensino.

O professor **SP2**, formado em Matemática pela UFF e atua há quinze anos no ensino, também concorda com a implementação a cargo do professor: *“onde atuo foi implementado parcialmente, e ficou muito a cargo de cada profissional o método de aplicação. Eu estou tentando passar a matemática financeira da forma mais prática possível para atrair a atenção de meus alunos”* (SP2). Ele também diferenciou escolas públicas e privadas, já que atua em ambas. Enquanto nas primeiras há reuniões sistemáticas para que o professor possa desenvolver diferentes projetos, como este, na escola privada não houve qualquer movimento que ele pudesse perceber.

O professor **SP4**, que trabalha em uma escola particular, diz que onde atua já está alinhado com as mudanças e está sendo aplicada a matemática financeira e a educação financeira de forma transversal, inclusive com projetos para o ensino do *“empreendedorismo criativo”*, o que, segundo ele, envolve o ensino da educação financeira.

O professor **SP3**, formado em Matemática pela UFRRJ e que atua apenas em uma escola privada, informou que não leciona diretamente educação financeira, mas na escola onde atua foi feito um projeto de cunho social, baseada na educação financeira, e adiantou que acredita que a aplicação de matemática financeira envolve práticas que aumentam a atenção de seus alunos.

Por fim, o professor **SP5**, que atua exclusivamente em escola pública, avaliou de forma negativa as modificações e falou que na escola onde atua não consegue implementar por ser no período noturno com carga reduzida, só conseguindo falar sobre matemática financeira de forma básica. Ele acredita que não deveria ter ocorrido a mudança, pois altera a qualidade, dado que acaba tendo que passar a matemática financeira de forma superficial.

Questão 2: “Em julho de 2021, o MEC, em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Sebrae, criou o Programa Educação Financeira nas Escolas. O programa visa capacitar os professores de ensino fundamental e médio em educação financeira em um período de três anos com o fornecimento de apoio técnico e orientação pedagógica aos professores sobre os principais temas previstos na educação financeira. Você conhece o projeto e recebeu algum apoio para utilizar de referência?”

O professor **SP2** diz que recebeu apenas materiais didáticos que contém os temas de educação financeira e projeto de vida, mas, mais uma vez, fica a cargo do professor entender e explicar aos alunos, encaixando os temas em seus horários de aula. Os professores **SP1** e **SP5** gostam da ideia e receberam o material, mas nenhum suporte: *“a ideia do projeto é boa, mas ainda está meio confuso, só recebi o material e não um suporte para aplicar a matéria, ficou muito a cargo do professor como iria aplicar”* (**SP1**). O professor **SP4** diz que recebeu material e apoio de sua escola, mas reclamou do material que alega não ter tido muita diferença com o que ele já conhecia, e está aplicando mais em uma matéria “extra”, que ele chamou de “projeto de vida”, onde consegue aplicar melhor a educação financeira. O professor **SP3** desconhece especificamente este material, mas diz que a escola utiliza um sistema próprio, que possui apostilas e apoio preparatório para os professores que desejam lecionar o tema.

Questão 3: “Pesquisas mostram que muitas famílias brasileiras se encontram endividadas e/ou inadimplentes. Na sua percepção, qual a(s) principal(is) causas que justifiquem esse quadro?”

O professor **SP2** diz que seus alunos não relatam casos de inadimplência em suas famílias, mas que tem conhecimento de que o próprio corpo docente de onde trabalha sofre muito com a inadimplência, principalmente desde a pandemia, e que acredita que a falta de planejamento é um dos principais pontos:

Eu trabalho numa escola particular bem elitizada. Então o meu público não sofreu muito, pelo menos não foi relatado. Então eu acredito que no meu caso em específico, não teve essa questão da inadimplência no colégio particular em que eu atuo. Porém, eu conheço relatos de colegas que tiveram de fato problemas financeiros por conta da inadimplência nos anos 2020 e, principalmente, 2021 (**SP2**).

O professor **SP1** alega ter conhecimento da situação e disse estar muito preocupado com o tema, e que, por isso, está estudando para que possa saber mais. Acredita que o principal ponto é a falta de conhecimento das pessoas sobre os juros em caso de dívidas, fazendo ser um ponto muito abordado em suas aulas. O professor **SP3** respondeu na mesma linha que o professor **SP1**, inclusive apontando a falta de conhecimento das pessoas como a principal justificativa para o quadro.

O professor **SP5** disse: *“acredito que as pessoas não têm conhecimento sobre o uso de opções de consumo como cartões e cheque especial, existe a falta de conhecimento sobre como é a aplicação dos juros e vejo isto como um dos principais fatores para transformar pessoas endividadas em inadimplentes”*.

O professor **SP4** acredita que os principais pontos são a baixa remuneração no Brasil, especialmente quando se fala do salário-mínimo, e a cultura consumista, que ele observa em sala, entre os alunos. Essa situação o fez refletir não só sobre a questão da educação financeira, mas também a da ambiental, porque excesso de consumo material não combina com o meio ambiente.

Questão 4: “Você acredita que, no longo prazo, esse programa pode ter algum efeito em reduzir o grau de endividamento das famílias brasileiras?”

O professor **SP2** acredita que a educação financeira é importante por criar um corpo de alunos interessados em lidar com o dinheiro e acredita que os principais pontos serão a redução do consumismo desenfreado e a aprendizagem de investimento, para que ocorra de fato a redução de endividamento nas famílias. **SP2** acredita que a educação financeira possa reduzir o grau de inadimplentes, mas pondera que isso não tenha efeito uniforme sobre a sociedade e que há dois fatores envolvidos: como gerenciar o consumismo e como investir para o futuro:

Criar um corpo de alunos interessados em trabalhar melhor o dinheiro que eles vão receber no futuro é um ponto importante. Isso a gente está falando de um grupo de alunos bem específico, porque a gente sabe que a realidade do nosso país não é todo mundo, não são todas as crianças que têm acesso a uma mesada, por exemplo. Então, esse é o primeiro ponto. Outro ponto que é importante quando a gente fala de educação financeira é a questão do investimento. A criança abrir os olhos para o investimento, investir no futuro. Eu acho que poucas são as crianças que pensam em investir no futuro, em realizar sonhos, não é? Então acho importante a gente já, desde cedo incluir isso na mente das crianças, a ponto que eles possam pensar dessa forma (**SP2**).

O professor **SP1** alega que *“o ensino da educação financeira é muito importante, no longo prazo, para que se cresa um cidadão com maior consciência quando for utilizar seu dinheiro, fazendo assim reduzir a probabilidade de inadimplência”*. (**SP1**).

O professor **SP4** acredita bastante no poder destas iniciativas no longo prazo, justificando que elas fazem a criança pensar e estimulam um mundo melhor. Para ele, ensinar a *“jogar lixo na lixeira, ensinar a economizar, a pensar no futuro”* os fazem pensar. Ele acredita que o efeito venha também nos curto e médio prazos.

O professor **SP5**, embora tenha visto o programa de educação financeira de forma negativa, como mostrado na primeira questão, acredita que, com a aplicação da educação financeira, irá reduzir o número de endividados, principalmente com a inserção da parte prática da matéria que atrai maior interesse dos alunos, que podem replicar para pessoas próximas.

Por fim, e concordando com os demais, o professor **SP3** acredita que, no longo prazo, essa iniciativa de ensinar educação financeira seja importante para a organização financeira das pessoas, que precisam, segundo ele, saber o quanto gastar, saber o que você pode gastar. Porque, a longo prazo, *“a criança vai crescer, ela vai virar adolescente, vai saber, vai saber se organizar financeiramente para fazer uma viagem, coisas que às vezes eu não me organizaria na época dela por não ter certo tipo de conhecimento”*.

O Quadro 2 apresenta um resumo dos resultados apontados, considerando cada um dos quatro tópicos que balizaram as questões norteadoras das entrevistas: implementação de educação financeira nas escolas, conhecimento do Programa Educação Financeira nas Escolas, percepção sobre as causas do processo de endividamento das famílias brasileiras e crenças pessoais sobre o efeito da educação financeira nesse cenário. O quadro deixa claro que os resultados não são absolutos e não podem ser entendidos como gerais, mas dizem respeito aos investigados.

Quadro 2: Resumo das Respostas.

Questão 1	A pesquisa revelou que, para o grupo entrevistado, a adoção da educação financeira como disciplina multidisciplinar não tem sido uniforme e não depende necessariamente do fato da escola ser pública ou privada. Aponta ainda que as escolas têm montado seus próprios projetos sobre o tema e deixado a cargo do professor de matemática a sua aplicação.
Questão 2	De modo geral, a investigação sugere que os professores têm tido acesso a material didático específico sobre o tema e que acreditam que a oferta de material não é uma barreira, pois os livros têm sido constantemente atualizados. No entanto, apontam também que faltam apoio, preparação, orientação e infraestrutura para que os professores possam fazer uso de tal material.
Questão 3	Os entrevistados têm consciência sobre o alto grau de endividamento das famílias brasileiras e atribuem este fato a várias razões, sendo a falta de informação e o consumismo em excesso as principais, o que foi apontado por mais de um entrevistado.
Questão 4	A pesquisa mostrou que os professores são unânimes quanto à crença nos efeitos do ensino da educação financeira no longo prazo para a redução do endividamento. Um deles acredita que o efeito pode ser já no curto prazo.

Fonte: Os autores, baseado nas entrevistas.

4. Conclusão

Os últimos anos mostraram um grande aumento no índice de endividamento das famílias brasileiras. A conjuntura econômica, isto é, os indicadores de desemprego e a taxa de juros podem explicar muito o endividamento, embora a teoria econômica não consiga explicar. Certamente, este é um tema interdisciplinar, como sugere o projeto de Lei 3.145 de 2020 que propõe tornar obrigatória a inclusão da educação financeira nas escolas.

Para contribuir com a reflexão sobre se o ensino obrigatório da educação financeira nas escolas terá algum impacto de longo prazo no endividamento das famílias brasileiras, este trabalho entrevistou professores de matemática que atuam em escolas públicas e privadas no estado do Rio de Janeiro.

Considerando o universo da pesquisa, a investigação aponta que os professores têm conhecimento do projeto de lei, e que as escolas já estão se antecipando na aplicação de projetos voltados para a educação financeira; no entanto, a aplicação ainda está a cargo do professor.

O grupo investigado enxerga a ação como positiva, exceto um professor, que trabalha exclusivamente em escola pública no turno da noite. Ele teme que o programa tradicional de matemática seja reduzido em função da aplicação da educação financeira.

Os professores, apesar de não terem tido conhecimento do material elaborado pelo governo, afirmam que há bastante material sobre o tema disponível, mas que os professores não recebem apoio e treinamento.

Quanto às causas do endividamento, os professores acreditam que se trata de uma mentalidade extremamente consumista, inclusive nos alunos, mesmo naqueles que visivelmente tem carência de acesso básico.

Por fim, os professores concordaram que a educação financeira pode ser uma forma de solução para reduzir o número de endividados, mas enfatizam que as abordagens têm que ser dentro da realidade de seus alunos. Isso mostra que, além dos esforços tradicionais, o que inclui uma boa condução na política econômica, há uma boa razão vinda da educação para se acreditar que os brasileiros possam melhorar a sua relação com o dinheiro.

Agradecimentos

Os autores agradecem aos entrevistados por terem, gentilmente, participado desta pesquisa e contribuído para o entendimento de um tema tão relevante para sociedade.

Referências

BCB - Banco Central do Brasil. **Caderno de Educação Financeira** - Gestão de Finanças Pessoais. (2013). Brasília. Disponível em: <https://bit.ly/1YSQVoi>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BARBOSA, C. **Análise Microeconômica**. Fundação CECIERJ. Rio de Janeiro, 2008. Volume 1. 2a edição.

BARBOSA, Nathalia Pelegrino *et al.* A inandiplência das famílias brasileiras. **Cadernos de Estudos Interdisciplinares**, v. 5, n. 1, p. 53-68, 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº3145, de junho de 2020**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir

educação financeira no rol dos temas transversais obrigatórios da educação básica. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2254589>. Acesso em: 15 fev. 2022.

CNC. **Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo**. Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). Dezembro, 2023. Disponível em <https://portaldocomercio.org.br/economia/peic-2023-endividamento-anual-cai-pela-primeira-vez-desde-2019-mas-inadimplencia-recorde-atinge-quase-um-terco-da-populacao/#:~:text=Dezembro%20encerrou%20com%2077%2C6,a%20mais%20que%20em%202022>. Acesso em: 19 fev. 2024.

CORDEIRO, N; COSTA, M; DA SILVA, Márcio Nascimento. Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018.

COUTINHO, Cileda; TEIXEIRA, James. **A educação matemática e o seu papel na construção da educação financeira**. 2013.

DE MAGALHÃES, Luís Carlos G. *et al.* **Gestão da Dívida Pública e da Liquidez no Brasil**, 2011 a 2019: Complementariedades institucionais e os determinantes do crescimento da DMPFi f. 2023.

DE SOUZA FERNANDES, André Henrique; CANDIDO, João Gremmelmaier. Educação financeira e nível do endividamento: relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 5, n. 2, p. 894-913, 2014.

LOPES L.; VASCONCELLOS, M. (orgs.) **Manual de Macroeconomia: Nível Básico e Nível Intermediário**. São Paulo: Atlas, 2008.

Mapa da Inadimplência e negociação de dívidas no Brasil. **Serasa Experian**, 2022. Seção Serasa Limpa Nome. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

MODIGLIANI, Franco. Life-cycle, individual thrift, and the wealth of nations, **American Economic Review**, vol. 76, no. 3, Jun. 1986, pp. 297-313.

MORAES, Aline Reissuy; SANTOS, Melina Nymann dos; SANTOS, Arieli; PEREIRA, Luiz Henrique Ferraz. Educação financeira escolar: uma proposta para o ensino médio. **Revista Eletrônica de Educação Matemática - REVEMAT**, Florianópolis, v. 15, p. 01-22, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1981-1322.2020.e70255>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2023.

OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. **OCDE**. Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira. 2005.

Programa Aprender Valor. **Portal do investidor**, 2022. Seção Educacional. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/criancas-e-juvens/programa-educacao-financeira-nas-escolas>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

Programa Educação Financeira nas Escolas. **Página Inicial**, 2022. Seção O programa. Disponível em: <https://aprendervalor.caeddigital.net/#!/programa>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

ROCHA, Rodrigo Ribeiro; OLIVEIRA, Ronielton Rezende; TEIXEIRA, Luiz Antônio Antunes. Educação financeira e endividamento do consumidor de baixa renda: Tendências de inadimplência e adimplência. **In: Congresso de Administração, Sociedade e Inovação**. 2017.

SOUZA, Eliane Alves de *et al.* **Desafios da Educação Financeira como ferramenta de combate ao endividamento no Brasil**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 2022.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia-princípios básicos**. Elsevier Brasil, 2006.

Sobre os autores

Iraci Matos Vasconcellos

Graduada Ciências Econômicas (UFRJ, 2008) e em Licenciatura Matemática (UNESA, 2022); mestra em Ciências Econômicas (UERJ, 2012); e doutoranda em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/IE/UFRJ). Articuladora Acadêmica e tutora presencial de Economia CEDERJ, polo Belford Roxo.

email: iracimatos@gmail.com

Fernanda Cavalcante Rangel

Economista com Ph.D. em Ciências Econômicas (UERJ), CFO da Fintech Saque Crédito, foi Visiting Fellow na Rights Lab, Universidade de Nottingham. Com experiência em ensino e pesquisa, destaca-se em estudos sobre desenvolvimento social e escravidão contemporânea.

email: nandavetra@hotmail.com

Felipe Cruz Pimentel

Graduado em Ciências Econômicas (UFRRJ, 2023). Educador financeiro e gerente de relacionamento na instituição Itaú-Unibanco.

email: felipe.cruz3@gmail.com